



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

PORTARIA NORMATIVA Nº 03/2014/REITORIA/IFTO, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

Institui normas para o trâmite processual de elaboração e autorização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, e dá outras providências.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pelo Decreto de 6 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2014, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

Considerando necessidade de regulamentar os procedimentos para o trâmite processual de elaboração e autorização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins;

Considerando a Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação; resolve expedir a seguinte portaria normativa:

Art. 1º Para fins de entendimento do que prevê a presente resolução, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado, sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, previstas na legislação.

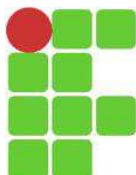
§ 1º A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – e homologado pelo Ministro da Educação.

§ 2º Compete à Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação a elaboração de orientações, avisos, submissão das propostas de novos cursos à Capes e atos regulatórios complementares referentes à oferta dos cursos de que trata o caput do artigo.

Art. 2º Deve ser instruído pelo *Campus* proponente um processo contendo:

I – Capa de processo;

II – Primeira página: requerimento de solicitação de abertura de processo para proposta de novo curso;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

III – Segunda página: portaria de criação da comissão para estudo de demandas e elaboração da proposta;

IV – Projeto e regimento do curso, conforme as orientações da Capes para envio de propostas previstas no manual do Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN – do ano corrente e os documentos gerais de cada área de avaliação;

V – Ata da sessão de apresentação do curso ao Conselho Pedagógico do *Campus*, sendo esse de natureza consultiva;

VI – Memorando da Direção-Geral do *Campus*, encaminhando o processo de criação do curso para a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação e comprometendo-se com a sua efetiva implementação, através da disponibilização da infraestrutura administrativa, de ensino e pesquisa necessária para o funcionamento do programa.

Art.3º O processo deve ser encaminhado à Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação com antecedência mínima de 30 dias ao fechamento do APCN-Capes conforme calendário divulgado pela Diretoria de Avaliação – DAV – Capes.

Art. 4º Após análise do processo, a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação emitirá parecer. Deste resultará o encaminhamento:

I – Ao Diretor-Geral do *Campus* para revisão, caso o processo necessite de alterações;

II – À Capes, conforme o calendário de atividades relacionadas à avaliação dos cursos de pós-graduação, divulgado anualmente pela Diretoria de Avaliação da Capes.

Art. 5º Após a avaliação da Capes, a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação anexará a ficha de avaliação da Capes ao processo e tomará as seguintes providências:

I – Devolver o processo ao Diretor do *Campus* caso o conceito obtido pelo curso seja menor de 3 (três), solicitando alterações conforme o recomendado pela Capes;

II – Enviar o processo ao Reitor para encaminhamento ao Conselho Superior.

Art. 6º O *Campus* proponente poderá divulgar edital de seleção dos alunos após o reconhecimento do curso por ato do Ministro da Educação, homologando parecer do CNE.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação.

Art. 8º Esta instrução normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins

*Versão original assinada.

